

RESUMO - EIXO TEMÁTICO 2 - PAISAGEM CULTURAL: ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO, GESTÃO E PROJETO - MÉTODOS DE LEITURA, IDENTIFICAÇÃO E RECONHECIMENTO DA PAISAGEM / FORMAS DE ACAUTELAMENTO, SALVAGUARDA OU PROTEÇÃO / FORMAS DE INTERVENÇÃO E CONSERVAÇÃO / PLANOS DE GESTÃO / A PERSPECTIVA DA PAISAGEM URBANO-HISTÓRICA (HUL) / APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM / ESTRATÉGIAS NACIONAIS E LOCAIS DE PAISAGEM NA IBERO AMÉRICA / CONHECIMENTOS TRADICIONAIS AGROBIODIVERSIDADE E TERRITÓRIO / SATS E PATRIMÔNIO / CULTURA ALIMENTAR / O PROJETO DA PAISAGEM / CIDADANIA PAISAGÍSTICA / DIREITO À PAISAGEM E DIREITO DE PAISAGEM / POLÍTICA E PAISAGEM / PAISAGEM E DIREITO À CIDADE E AOS TERRITÓRIOS / PAISAGEM COMO RECURSO POLÍTICO, ECONÔMICO E/OU IDENTITÁRIO / PAISAGEM E CONFLITOS.

COMUNIDADES TRADICIONAIS E PATRIMÔNIO MUNDIAL: DESAFIOS DA GESTÃO PARTICIPATIVA NO SÍTIO MISTO PARATY E ILHA GRANDE – CULTURA E BIODIVERSIDADE

Helena Tavares Gonçalves (helenatg@gmail.com)

Marcela Cananéa (marcela.cananea@fiocruz.br)

Paraty e Ilha Grande foram reconhecidas como patrimônio mundial em 2019, na categoria sítio misto. O perímetro do sítio envolve os municípios de Paraty e Angra dos Reis, localizados no estado do Rio de Janeiro, no Brasil.

A área proposta como componentes do Patrimônio Mundial é composta por 5 Unidades de conservação ambientais (UCs), que têm área em Paraty e na Baía da Ilha Grande: Parque Nacional da Serra da Bocaina, Área de Proteção Ambiental Cairuçu, Parque Estadual da Ilha Grande, Reserva Biológica da Praia do Sul, e o Centro Histórico da cidade de Paraty.

A Zona Buffer, área de entorno do Bem Cultural) abrange toda a Baía da Ilha Grande e as Zonas de Amortecimento dessas UCs, incluindo todo o Sistema Cultural - As áreas de ocupação das Comunidades Tradicionais e os sítios arqueológicos e históricos.

A região é composta pela presença de povos tradicionais, indígenas, quilombolas e caiçaras, que se organizam politicamente por meio do Fórum de Comunidades Tradicionais e têm como principal objetivo a luta pela regularização fundiária das comunidades e pela promoção da justiça socioambiental desses povos.

O território das comunidades tradicionais é marcado pela sobreposição de UCs e por conflitos e impactos gerados pela presença de grandes empreendimentos como rodovias, usina nuclear, exploração de petróleo, turismo e especulação imobiliária. Neste cenário, as políticas de reconhecimento de patrimônio cultural e natural (em âmbito nacional e internacional) funcionam enquanto dispositivos relevantes na luta pela garantia de direitos pelos povos tradicionais, principalmente relacionados aos direitos culturais e territoriais.

O reconhecimento de um bem cultural na categoria Sítio Misto, está prevista na Convenção de 1972 para a “Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural” e diz respeito à proteção e salvaguarda de bens culturais que revelem as formas de interação entre natureza e cultura. Neste contexto são as práticas e conhecimentos dos povos tradicionais os quais revelam as formas de interação entre natureza e cultura, através do manejo dos recursos naturais, portando consideramos que são os representantes das comunidades tradicionais presentes no perímetro do sítio, os detentores das formas de conhecimento onde deve incidir a preservação do sítio misto. Pois são eles que vivem, convivem e produzem as paisagens culturais de “excepcional valor universal”.

No entanto as dinâmicas de consenso e conflito para a gestão desse bem cultural tem revelado que a noção de paisagem é um conceito em disputa, onde os diferentes agentes responsáveis por pensar a preservação do sítio

misto colocam em movimento diferentes concepções sobre a gestão desse bem cultural.

Essa apresentação propõem se debruçar sobre as estratégias de inserção do fórum de comunidades tradicionais nos debates e espaços de representação da gestão do sítio misto e os principais desafios na busca de uma gestão participativa e como o movimento social tem utilizado do título do patrimônio mundial na luta e enfrentamento às ameaças de grande empreendimento, como o turismo desordenado e a especulação imobiliária.

Palavras-chave: patrimônio cultural; comunidades tradicionais; movimentos sociais.